

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª  
(PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão ordinária, com caráter solene, que dá início às atividades da 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Muito obrigado, Deputado. Encerro o Pequeno Expediente.

Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Nos termos no art. 118, § 3º, suspendo a presente sessão ordinária para o pronunciamento do Sr. Governador do Distrito Federal, conforme termos do art. 100, inciso XI, da Lei Orgânica.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h56min, a sessão é reaberta às 16h25min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

Incluo na Ordem do Dia um item extrapauta, o Requerimento nº 3.237, de 2017, que "requer a realização de audiência pública no dia 6 de fevereiro de 2018, às 19h, no auditório do Colégio Ciman, localizado na Área Octogonal Sul 1/4, Brasília, para debater a situação do gradeamento dos edifícios localizados no Cruzeiro Novo, ante a ameaça de retirada das grades".

Retificando, é o Requerimento nº 3.237, de 2018. Esta audiência pública é de autoria do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Raimundo Ribeiro e da Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte: pelo Regimento, V.Exa. teria que ter encerrado a sessão solene e convocado uma sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Eu suspendi e voltei para a ordinária porque eu abri como ordinária, no começo, Deputado Chico Vigilante. É só fazer a votação...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim, mas, se é sessão ordinária, para ter votação, V.Exa. tem que encerrar e convocar sessão extraordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, estou recebendo a informação de que o requerimento é claro, só que não é distribuído na Ordem do Dia. Não existe a clareza de que não há votação. Nós entendemos que há uma urgência para votação dessa matéria e o que estamos fazendo é abrir a Ordem do Dia para que haja essa votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não, Sr. Presidente, mas não é só a questão dessa votação. O que estou argumentando é o seguinte: houve uma sessão solene, o Secretário fez uma apresentação, e V.Exa. terá que encerrar esta sessão e convocar uma sessão extraordinária para votações, a fim de que não haja nenhum questionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A sessão estava suspensa para o secretário falar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, é diferente de outras sessões que existem. Abre-se, e o secretário fala. Estou falando com V.Exa. baseado no

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Regimento. Precisa-se encerrar a sessão, e V.Exa. imediatamente convoca uma sessão extraordinária deliberativa. Daí se pode votar o que se quiser.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, só a título de esclarecimento sobre essa questão que V.Exa. levantou. Peço até socorro ao Deputado Chico Leite se eu estiver interpretando de forma inadequada: eu entendo que, não havendo a proibição de que se vote o requerimento – não existe a proibição formal –, não haveria qualquer óbice a que pudéssemos fazê-lo. Evidentemente, V. Exa. foi um pouco mais além, apresentou até uma alternativa, um atalho. Eu, pessoalmente, considero desnecessário, haja vista que não há a proibição. Por isso fiz o requerimento, que é meu, de V.Exa. e da Deputada Sandra Faraj. Na verdade, é uma audiência de toda a Casa Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Chico Vigilante, nós estamos em uma sessão ordinária. De caráter solene, mas em uma sessão ordinária. Então, eu suspendi a sessão, reabri agora e passei para a Ordem do Dia, para fazer a votação desse requerimento, especificamente, que entrou na pauta e que, inclusive, é de autoria de V.Exa., do Deputado Raimundo Ribeiro e da Deputada Sandra Faraj, para ser realizada na terça-feira.

Item único:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.237, de 2018, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Chico Vigilante e da Deputada Sandra Faraj, que “requer a realização de audiência pública no dia 06 de fevereiro de 2018, às 19h, no auditório do Colégio Ciman, localizado na Área Octogonal Sul 1/4, Brasília, para debater a situação do gradeamento dos edifícios localizados no Cruzeiro Novo, ante a ameaça de retirada das grades”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o requerimento; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

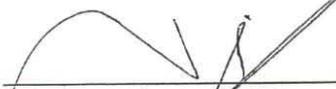
	<b>CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL</b> <b>PRESIDÊNCIA</b> <b>SECRETARIA LEGISLATIVA</b>	
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

DATA: 01/02/2018

REQUER Nº	3.237/2018	
AUTORIA:	DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO E OUTROS	TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS				1		
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS				1		
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT				1		
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS				1		
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
<b>RESULTADO</b>			<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>24</b>

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
15	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE

 <b>SECRETÁRIO DA SESSÃO</b> DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS
<b>SECRETARIA LEGISLATIVA</b> REX Nº 3.237 / 2018 Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				4	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado o requerimento.

Neste momento, encerro a Ordem do Dia. Retornamos ao horário do Grande Expediente com a fala dos Deputados.

Gostaria de ler um comunicado enviado à Presidência com relação à indicação de Líder e Vice-Líder:

“Em atenção ao artigo nº 31, §§ 1º e 2º do Regimento Interno da Câmara Legislativa, comunico a V.Exa. a escolha do Deputado Chico Vigilante para Líder da bancada do PT e do Deputado Wasny de Roure para Vice-Líder na atual sessão legislativa”.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, funcionários da Casa, demais pessoas presentes aqui neste plenário, eu acho que é a primeira vez, Deputado Chico Leite, que sou privilegiado em ocupar a tribuna em primeiro lugar. Estou começando 2018 e não sei se é bom ou mau sinal, mas vamos lá.

O importante é que eu não poderia deixar de ocupar esta tribuna para realçar um fato extremamente importante para a nossa cidade. Trata-se do projeto de resolução – original da Mesa Diretora, mas que evidentemente se tornará um projeto de toda a Casa, dos 24 Parlamentares – que tem por objetivo extinguir a chamada verba indenizatória. Sobre a qual se faz muita confusão, algumas pessoas não sabem para que serve, outras sabem, algumas fazem crítica sem ter lido, outras elogiam, também sem ter lido, enfim, isso faz parte desse jogo.

De toda sorte, o importante é que esta Casa dá uma demonstração inequívoca, irretorquível de que ela está perfeitamente afinada com aquilo que está acontecendo no País. O País – e o Distrito Federal não poderia ser diferente – passa por graves dificuldades de ordem econômica e financeira.

A sociedade exige que os gastos públicos sejam reavaliados. E, quando nós propusemos – e aqui nós mais uma vez no plural – foi no sentido de que a Casa inteira sugira o debate rápido, urgente desse tema, mostrando o seu nível de responsabilidade para a sociedade que representa.

Eu não poderia deixar aqui de realçar algo que é uma demonstração também clara de que esta Casa está sempre na vanguarda, de que esta Casa sempre sai na frente. Lembro-me de que esta Casa Legislativa, salvo engano em 2005, 2006, por inspiração e autoria do Deputado Chico Leite, que até hoje abrilhanta esta Casa, foi a primeira do País a proibir qualquer tipo de votação secreta. Então, essa é a demonstração de que esta Casa tem uma vocação para o vanguardismo, de que esta Casa tem a vocação da transparência, e me refiro também ao Portal da Transparência

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

e às inúmeras outras ações que são desenvolvidas nesta Casa buscando sempre mostrar para a sociedade o que é feito; e, nesse caso específico da verba indenizatória, a qual custo. Certamente em tempo hábil. A comissão que será constituída, objetivando subsidiar os estudos e aprimorar o projeto de resolução, nos trará algo que possa, ao ser submetido ao plenário, fazer com que esta Casa inaugure uma nova fase e dê o exemplo de austeridade que todos exigem.

Mas, além disso, vejam como são as coisas. O anúncio de que esta Casa iria propor a extinção da verba indenizatória trouxe também, acho que meia hora depois, o anúncio de que o atual Governador Rodrigo Sobral Rollemberg sempre lutou pela extinção da verba indenizatória. Eu fiquei super feliz quando li essa notícia, Deputado Chico Leite! Sabe por quê? Porque finalmente eu ia poder apontar algo que presta de iniciativa dele, fiquei feliz, satisfeito! Disse: Poxa vida, vou começar o ano bem, vou poder elogiar uma ação sequer desse rapaz, uma só, mas já era um augusto homem! Mas, olha, a alegria durou pouco!

É claro que tenho responsabilidade, não vou parabenizar alguém sem saber se o fato é verdadeiro ou não. E aí fui pesquisar nos arquivos da Câmara Legislativa, onde ele teve mandato, fui pesquisar, nos arquivos da Câmara dos Deputados, onde ele também teve mandato, e fui pesquisar no Senado Federal, onde ele teve mandato, para poder alicerçar o entendimento de que ele é um bravo guerreiro em favor da extinção da verba indenizatória!

Para minha surpresa, Deputado Chico Vigilante, as palavras do Governador Rodrigo Sobral Rollemberg não correspondem aos atos que ele praticou em nenhuma das casas legislativas. Aqui nesta Casa em que ele exerceu mandato, não tem um ato sequer dele propondo qualquer tipo de economia nos gastos públicos, não tem um ato sequer falando em verba indenizatória! Aí digo: mas era início de carreira, aliás ele é carreirista, e vocês têm muita culpa, Deputado Chico Vigilante, não sorria não, porque ele sempre foi eleito na sombra de vocês do PT, a gente tem que reconhecer isso, não sei se é virtude ou se é... Enfim, não é esse o foco. O importante foi que disse: Então, vou mudar, saio daqui e vou para a Esplanada, vou verificar na Câmara dos Deputados todo o árduo trabalho que ele desenvolveu no sentido de extinguir a verba indenizatória, porque lá também tinha, e tem. E aí a surpresa foi dobrada. Além de não ter nenhum ato, ele gastou 335 mil reais de verba indenizatória no período de 2009 a 2011. Quer dizer, descubro mais uma característica. É um perdulário.

Vou chegar ao Senado. Eu ainda, é claro, até por questão de gentileza, não fui verificar a natureza dos gastos, porque de repente pode haver novidades. Fomos ao Senado. Você atravessa aquela linha imaginária do Congresso Nacional, sai da Câmara e vai para o Senado, lá há uma proposta dele.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Exatamente, sai do verde para o azul.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Há uma proposta que ele estabelece, em que a verba indenizatória deve ser idêntica aos subsídios que são pagos, o que significa dizer que não é a extinção, mas, sim, o contrário. É a institucionalização, ou seja, é o salário dobrado. Aí, poxa vida, eu volto ao meu *status quo*, volto àquela situação. Eu me esforço muito para poder compreendê-lo, mas tenho que pensar como mais de 80% da sociedade do Distrito Federal, que o reprova.

Realmente, não dá para fazer esse tipo de fuleragem, não dá para o sujeito querer pegar carona, numa atitude oportunista, vendo a Câmara trabalhando com seriedade, fazendo a extinção, propondo a extinção da verba indenizatória. "Ah, eu sempre fui!" Deixe de mentira, rapaz! Mentira é feio. Pare com isso, vai trabalhar. Há um governo incompetente aí, que você dirige mal, e fica querendo pegar carona!

Então, fiz questão de ocupar esta tribuna porque eu acho que a sociedade precisa ser esclarecida. É claro que eu não sei se ela será esclarecida. Eu estou dizendo aqui, mas existem forças, ele tem utilizado muito isso, em que ele faz uma censura verbal, até em veículo de comunicação, utilizando argumentos que todos conhecem aqui. De toda sorte, vai ficar registrado nos Anais que, mais uma vez, o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg mente para a população, quando diz que tomou alguma atitude concreta para extinguir a verba indenizatória. É mentira dele! Nunca tomou atitude nenhuma. Ao contrário, gastou 335 mil reais no período de 2009 a 2011.

Essa foi uma atitude oportunista, que apequena o cargo que ele ocupa, de representante maior da população do Distrito Federal. Ainda bem que estamos entrando no último ano! Espero que este último ano seja breve.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Vou fazer uma retificação. Na leitura das mensagens realizadas na sessão ordinária de hoje, a Mensagem nº 352, de 2017, foi lida duas vezes. Retifique-se a segunda leitura como Mensagem nº 356, de 2017.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu falava há pouco para a imprensa que o grande debate nesta Casa não pode ser simplesmente verba indenizatória. Nós temos problemas gravíssimos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, para discutirmos, como a violência estabelecida no Distrito Federal, inclusive a violência nas escolas.

Um dia eu conversava com um grupo de professores e dizia que o professor, daqui a uns dias, vai ter risco de vida e vai precisar de seguro de vida, ou vai andar armado para poder trabalhar. O grande problema são os hospitais do Distrito Federal, com pessoas morrendo. Esta Câmara precisa dar alguma resposta. Os buracos em nossas ruas, o mato que tomou conta da nossa cidade. Mas aí, aparecer aqui! A

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

imprensa toda está aqui por causa da verba indenizatória. Eu dizia há pouco, Deputado Joe Valle, que tenho uma proposta. Ou melhor, estou elaborando a proposta, tendo em vista que eu entendo que não é a verba indenizatória o problema.

A Câmara Legislativa tem um orçamento de R\$ 524.176.950,00 (quinhentos e vinte e quatro milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais). Todo ano, em todas as gestões, esta Câmara Legislativa devolve dinheiro para o GDF. O corte da verba indenizatória dá algo, Deputado Raimundo Ribeiro, por volta de 3 milhões. Eu estou propondo mais: pedi ao Willemann que fizesse um estudo e vou apresentá-lo à Mesa Diretora, Deputado Joe Valle, propondo um corte de 10% nesse valor de 524 milhões. Em vez de 3 milhões, nós vamos economizar R\$ 52.176.950,00 (cinquenta e dois milhões, cento e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais).

Há outra coisa importante nesse debate aqui. A verba indenizatória usa quem quer, e quem usa é responsável pelo que usa. Um departamento aqui dentro da Câmara Legislativa fiscaliza. O problema – vamos ser claros no assunto – é que é fácil falar mal do Poder Legislativo, é fácil falar mal de Deputado. Alguém fala do Judiciário? Alguém fala do Ministério Público? Alguém fala das cifras bilionárias do Executivo? A Câmara tem um orçamento de 524 milhões; o Executivo tem um orçamento de 42 bilhões. Já foram verificar onde estão sendo aplicados?

Uma coisa tem que ficar clara aqui: tem muita gente dizendo que é presidente de instituto não sei das quantas, de tudo, para fiscalizar Deputado. Na verdade, são pessoas que disputaram a eleição, não tiveram voto, e agora querem falar mal de quem se elegeu. É isso. Portanto, as coisas têm que ser ditas do jeito que elas são.

Dito isso, Deputado Joe Valle, eu quero tocar num assunto, e esse, sim, a mim interessa. É mais uma vez a questão do preço dos combustíveis no Distrito Federal. Sobre a questão do gás de cozinha, houve aumento do gás de cozinha, Deputado Agaciel Maia, 80% de aumento no botijão de gás. Já tem gente cozinhando com álcool.

A gasolina no Plano Piloto – eu andei por aqui hoje o dia todo –, até agora custa R\$ 4,29 (quatro reais e vinte e nove centavos). Você passa lá no centro de Taguatinga, de manhã, de tarde, de noite e de madrugada, tem um posto vendendo a R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos), Deputado Joe Valle. Vendendo a R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos).

Eu fui conversar com o proprietário desse posto e perguntei a ele, Deputado Ricardo Vale, se ele está ganhando dinheiro. Ele falou: "Claro, Chico, eu sou comerciante". E está vendendo a R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos). O que eu quero saber é por que os outros estão vendendo a R\$ 4,29 (quatro reais e vinte e nove centavos), R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos), R\$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos). Essa é a grande indagação que tem que ser feita. Sabe por que isso acontece? Porque no governo do Fernando Henrique tiveram a maldita ideia de desregular o preço dos combustíveis, de acabar com o tabelamento dos combustíveis.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

Eu participei de uma CPI – fui relator nesta Casa de uma CPI que deu bastante resultado – e aponte o cartel, aponte quem explora a população; aponte, na verdade, quem rouba, quem saqueia a população do Distrito Federal. O Executivo local não faz nada também.

Por último, Deputado Joe Valle, eu acompanhei de perto ali, ouvi, porque eu estou ouvindo bem, e fiz questão de ficar olhando para o Secretário Sérgio Sampaio, que é uma das pessoas pelas quais tenho muito respeito. Tenho o maior respeito por S.Exa. Mas, meu caro Líder do Governo, Deputado Agaciel Maia, eu não esperava que o Secretário Sérgio Sampaio voltasse aqui hoje para fazer uma apresentação, representando o governo, Sr. Presidente, e que repetisse o mesmo discurso de 2015! S.Exa. repetiu o discurso de 2015! Repetiu do mesmo jeito, fez o mesmo discurso de 2016! Repetiu o mesmo discurso de 2017, e agora repete em 2018!

Será que o governo quer que a gente acredite? Está sempre falando a história do rombo. O rombo não sei do quê! E tudo... E é mal-agradecido, Presidente Joe Valle, porque S.Exa. não diz quem apontou os caminhos para dizer sobre esse céu dourado em que ele está vivendo hoje. Porque se não fosse esta Câmara Legislativa, ele não estaria apresentando esse dado que está apresentando agora, dizendo que está num mar de prosperidade! Na verdade, foi esta Câmara Legislativa que contribuiu para isso.

Portanto, não dá: ninguém acredita mais naquele choramingo de que encontrou já quebrado o governo. Encontrou quebrado de onde? Quebrados estão outros estados; o Distrito Federal, não!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, V. Exa. é um Parlamentar brilhante, principalmente no papel de Oposição. O Partido dos Trabalhadores se especializou muito bem nessa linha de ação.

Agora algumas informações prestadas pelo nosso Secretário da Casa Civil são verdadeiras porque são números.

Eu acho que a saída do limite prudencial – mais de 54% da despesa da receita corrente líquida era com pessoal e foi para quarenta e seis. A volta das contratações de servidores – certo? – e a regularidade da maioria dos pagamentos são uma realidade.

Quanto ao ajuste fiscal – aí não estou falando como Líder do Governo, mas foi matéria publicada na mídia nacional –, a avaliação do Governo do Distrito Federal, no início de 2015, era uma das piores das unidades da federação em termos de desequilíbrio fiscal, e hoje está entre as cinco melhores! Eu costumava comparar, usando o linguajar futebolístico, e dizer que estava na zona de rebaixamento e hoje está na zona da Libertadores.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Então, eu acho que o governo tem seus defeitos, tem seus erros, como qualquer outro governo, mas nesse quesito de ajuste fiscal, de organização das finanças, inclusive com grande desgaste político e pessoal, vê-se aí, pelos índices de rejeição do governo, ele se sacrificou pessoalmente do ponto de vista político, mas acho...

Não sei se é porque tenho trauma pois sou de um estado em que agora a gente não pode ir ao aeroporto depois das 20h porque pode ser assaltado, em que minhas irmãs não podem levar as crianças para o colégio porque os servidores não estão recebendo salário, assim como a maioria das categorias também não recebe, queimam-se pneus nas ruas. Então, não podem levar seus filhos à escola.

Eu, muitas vezes, sou questionado aqui, mas conhecendo a realidade de algumas unidades da federação, pode-se bater muito, acho que se pode bater muito no Governador Rodrigo Rollemberg, agora o mérito de ele ter organizado as contas públicas a gente não pode tirar dele, quer seja de Oposição, seja de Situação. O relatório quadrimestral que fechou agora em 31/12 virá para cá, e o Deputado Wasny de Roure, que é um professor nosso em Orçamento e Economia, e sempre está questionando muito, poderá ver que esses dados são reais.

Então, seja para ele mesmo, a partir de janeiro do ano que vem, seja para qualquer outro governador, esse trabalho feito durante esses três anos é de fundamental importância não para as pessoas, não para os deputados nem senadores nem governadores, mas principalmente para a população, porque algumas variáveis econômicas já começam a reagir, principalmente o problema do desemprego.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só um minuto, Deputado Agaciel Maia. Estamos no Grande Expediente, e não tem apartes. Então, vou pedir para transferir essa fala do Deputado Agaciel Maia para depois da fala do Deputado Chico Vigilante. Em seguida, passo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – É, Presidente, o Grande Expediente tem apartes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – O Grande Expediente tem apartes, Presidente. O Pequeno Expediente é que não tem. O Comunicado de Líderes tem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Correto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Mas eu quero, antes de...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – V.Exa. tem razão, foi um erro nosso aqui. Ficam abertos os apartes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de ouvir o aparte do Deputado Wasny de Roure, eu quero lembrar um fato. Lembro como se fosse hoje, Deputado Agaciel Maia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

No dia 6 de janeiro de 2015, quando o Governo Rollemberg divulgou o primeiro balanço dizendo que o Distrito Federal estava quebrado, eu fui ao Siggio e mostrei que não estava quebrado. Peguei um – pedi à Verônica, que trabalha comigo – simples celular e fiz um vídeo mostrando os verdadeiros índices, os verdadeiros números do Distrito Federal. E, a partir dali, ficou o Governador Rollemberg nas grandes redes de televisão e eu no Facebook. E ganhamos o debate porque provamos que o Distrito Federal não estava quebrado. Provamos que não tinha quebra coisa nenhuma! O que estava acontecendo era aquilo que sempre foi feito de uma folha passar para o próximo mês. Foi isso o que aconteceu, e o Deputado Wasny de Roure, que é professor de Economia, sabe disso.

Depois, Deputado Agaciel Maia... faltou eles reconhecerem aqui, hoje, a contribuição que esta Casa deu, inclusive aumentando tributos para que ele arrecade mais! Porque os únicos tributos que nós não permitimos aumento foram IPTU, IPVA e Taxa de Limpeza Pública. O restante aumentou. Já tem gente agora até querendo baixar alguns que foram aumentados, porque achou que aumentou demais, como, por exemplo, o cigarro. E é a base do governo que quer diminuir!

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu acho muito interessante este debate. Cumprimento V.Exa., o Deputado Agaciel Maia e os colegas. Agora, eu queria fazer algumas ponderações.

Em primeiro lugar, eu quero começar pelo mês de janeiro. Nesta semana, o governo chamou a imprensa – e, olha, sem encerrar o primeiro mês de governo – para anunciar que o crescimento da receita estava sendo reestimado em 6,9%, se não me falha a memória – 6,9%. O governo propôs... e o Deputado Joe Valle há de se lembrar que eu falei aqui, desta tribuna, por mais de uma vez, que o governo fez uma estimativa extremamente conservadora de 2,9%, que era a mais baixa dos últimos anos, a pior dos últimos anos e que tinha uma motivação para fazer isso: não permitir que o volume de recursos das emendas dos Srs. Parlamentares aumentasse. Esse era o objetivo político do governo, para evitar que os Srs. Parlamentares saíssem da franja dos 18 milhões de emendas parlamentares. Aí, no primeiro mês do ano, já aponta um crescimento quando fez uma série de... eu inclusive fiz essa pergunta à Secretária Leany na audiência.

A segunda questão sobre a qual quero ponderar é que o Governo Rollemberg... eu não vou dizer que ele não construiu, que não minimizou e que Brasília não saiu do nível prudencial, é verdade, mas ele acabou com a previdência do servidor público! Ele vai entrar para a história do Distrito Federal como o governador que acabou com a previdência do servidor público! Se eu perguntar qual é a previdência do servidor público hoje, é a do INSS. É a única que tem! É a única que tem! A previdência complementar que ele disse que vai criar, eu quero que ele apresente essa previdência

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

complementar é no governo dele. É no governo dele! Eu quero que ele apresente. Porque agora a única coisa que tem é uma carta de crédito que esta Casa entregou para o Governo do Distrito Federal retirar o dinheiro do servidor público. Então, isso é fato, isso é fato, passou aqui não apenas uma vez, mas três vezes passou na forma de projeto de lei aqui com diferentes discursos.

Então, depende de qual é o custo social. O Governo Agnelo pode ter deixado problemas, mas ele deixou as finanças da Previdência mais do que equacionada, porque o primeiro debate com o Governador Agnelo – V.Exa., inclusive, recentemente, deu uma entrevista nesse sentido – foi sobre o superávit que tinha no Iprev, foi esse o início de todo o debate. Tinha um grande superávit e foi sobre isso esse debate.

A terceira questão, Deputado Chico Vigilante, que é mais doloroso, Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa, é a insensibilidade do Governador Rollemberg em reconhecer as boas coisas do Governo Agnelo. Ele passou a inaugurar, entregar um monte de apartamentos construídos pelo governo anterior. Passou a concluir as unidades de educação infantil. Um governo que implantou a educação infantil. Para o senhor ter uma ideia, a pequenez foi tanta, que três centros de língua criados no Governo Agnelo ele trouxe para si para dizer que implantou as sete unidades. Ele implantou quatro! Até isso! Ele tentou minimizar méritos anteriores. Tinha problemas? Tinha. Podia equacionar? Só que ele esqueceu que, na gestão do governo dele, ele construiu uma escola; a segunda escola que ele construiu é do Governo Federal, que é a Escola Técnica do Guará. O que houve foram alguns arranjos de aproveitamento de edifícios que não eram creches para se adaptarem a escolas.

O que temos hoje, Deputado Chico Vigilante, é uma fila enorme de crianças querendo entrar na escola, no Riacho Fundo II, no Paranoá Parque, no Paranoá, no Itapoã... E chegam à porta, batem, batem, batem e ficam sem! Qual é o custo que representa para a sociedade? Cheguei a sugerir: "Governador, é absolutamente legítimo um governo tomar um empréstimo para abrir salas de aula para atender a nossa população". E nós estamos vivendo isso, Deputado Chico Vigilante. Saiu uma matéria dizendo que é necessário uma criança andar quarenta quilômetros para ter acesso à sua escola. Isso não é razoável! E olha que a Secretaria de Educação está em mãos de uma boa gestão! Eu sei reconhecer isso. Acompanho hoje, visito escolas – ontem eu visitei escola em Sobradinho. Agora, não dá para a gente não perceber... O quadro da merenda escolar, Deputado Chico Vigilante, é de dar vergonha! É de dar vergonha!

Então, quando essas coisas estiverem sendo equacionadas, aí nós saberemos também reconhecer. Eu não tenho dificuldade de reconhecer mérito de ninguém. Posso citar algumas conquistas importantes neste governo. É verdade, no que tange ao debate, que o Secretário Sérgio falou da questão hídrica. Houve novas unidades, houve preocupações, medidas, austeridade, que entendo corretas. Não foram completas, mas foram corretas. É uma questão de avanço. Então, vamos fazer a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				12	

discussão por inteiro para perceber avanços e retrocessos para a população do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, mesmo na questão hídrica, o Governo Rollemberg padece de amnésia! Porque ele não se lembra, por exemplo, de que quem iniciou e deixou, em algumas fases, até 70% pronto da adutora de Corumbá IV foi o Governo Agnelo. Contrato assinado, obra iniciada, avançou demais e não concluiu porque teve problema em Goiás, que não terminou a parte dele. Ele agora vem dizer que a obra é dele! Aparece na televisão junto com o Marconi Perillo... Se a televisão buscar as imagens, tem Agnelo Queiroz, junto com Marconi Perillo, lançando a obra e depois visitando a execução da obra por mais de uma vez. V.Exa. esteve lá. Mais de uma vez! E não foi só lançar. Iniciou-se a obra e 70% de alguns trechos já haviam sido concluídos. Eles pararam e agora vêm dizer que é deles!

Ainda há mais uma questão que será muito bem discutida, que é a do Centro Administrativo. Eu que moro naquela região sei da importância do Centro Administrativo para alavancar o desenvolvimento de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. Sei o quanto tem sido ruim aquele Centro Administrativo fechado. E mais: V.Exa. que é economista sabe que se está acumulando um passivo que o Distrito Federal um dia vai pagar! E ainda afastando os empresários de qualquer possibilidade de parceria público-privada com o GDF, porque se o governo não cumpre, se o Estado não cumpre, os caras não vão querer mais parceria público-privada com o Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

Antes, só peço para incluir, a fim de que seja lido, o projeto de decreto legislativo, de autoria da Frente Parlamentar de Cooperação Internacional e Amizade entre Brasília-Brasil e Israel

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero trazer aqui uma notícia que pode parecer irrelevante para a comunidade, mas, para quem lutou para chegar aonde chegou, é um processo que não vou dizer milagroso, mas de enorme mobilização da sociedade. Final do mês de novembro, a *Rede Globo* divulgou nos seus canais de televisão o corte de água de uma comunidade em Santa Maria,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				13	

Deputada Luzia de Paula, na chamada Vila do Carroceiro, que fica ali perto daquela casa das irmãs Filipinas, irmã Maria... Não lembro bem o nome da instituição, que já até visitei e tem um trabalho extraordinário com adolescentes. Deputado Prof. Reginaldo Veras, nós estivemos na comunidade, discutimos com eles, que têm um problema sério lá dentro de venda de terra pública. É uma gleba que foi cedida pela Secretaria da Agricultura e é lindeira à área urbana da cidade. Mora em torno de quatrocentas pessoas naquela comunidade, e ninguém consegue sobreviver sem água. Aquela comunidade passou a ser assistida com caminhão-pipa duas vezes por semana.

Sr. Presidente, essas situações de ocupação de terra em Brasília é algo que... Ao comemorar, como se comemorou a ocupação da orla, parece que o problema está todo equacionado em Brasília. É um problema extremamente grave, e nós não vemos que esse processo das demolições seja o caminho para resolvê-lo. Consequentemente, nós temos visto um processo de ampliação de construções irregulares no Distrito Federal. Estive lá com a comunidade, conversei com eles, fui com eles à Caesb, dialoguei com eles sobre o caminho do encontro, sobre a necessidade da população e sobre o papel do Estado no suprimento de suas necessidades, no caso da água. Esta semana, a Caesb iniciou o cadastramento para a instalação da água naquela localidade, que ainda é rural e carece do apoio do Estado pela gravidade e pela situação social daquelas famílias.

Quero dizer que a associação terá eleição inclusive nesse próximo sábado. Farei uma visita àquela comunidade no sábado para assistir à construção de um processo de cidadania naquela comunidade.

E quero aqui registrar a sensibilidade do Presidente da Caesb, diante da insegurança da comunidade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, em apresentar, por escrito, por meio de uma correspondência, um requerimento de implantação de água. Neste sentido, cumprimos essa função porque a Caesb só teria condições de implantar um processo desse se fosse apresentada, não verbalmente, mas, sim, por escrito, a petição daquela comunidade.

Sr. Presidente, eu quero trazer aqui outro panorama, um tema que nós estamos apresentando ao Secretário de Educação, que é o trabalho das Coordenações. Algumas escolas, principalmente as escolas da área rural com menos de seis turmas, tiveram a supressão das Coordenações. Eu estive nesta semana na Secretaria de Educação e estou pedindo agora uma audiência ao Secretário para aprofundar essa portaria – se não me falha a memória, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é a Portaria nº 571, de dezembro de 2017. Há uma inquietação, inclusive, com relação às escolas pequenas que têm alunos de tempo integral, Deputada Luzia de Paula. Nessas escolas, os Coordenadores cumprem funções complementares extremamente relevantes para as escolas que têm o tempo integral. Nesse sentido, nós estamos querendo aprofundar essa discussão. Eu tenho muita expectativa de que venhamos a contar com a sensibilidade do Sr. Secretário. Precisa ser revista essa portaria no sentido de readequar e saber respeitar algumas situações que merecem sensibilidade por parte

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

do governo. É verdade que, em alguns casos, veio para equacionar, porque a faixa era extremamente ampla do número de alunos, do número de turmas que faziam um aumento da Coordenação. Aí, para se chegar àquele aumento, era necessário ultrapassar ou chegar ao patamar da nova faixa. E isso foi sanado e deve melhorar um pouco essa situação. Há aspectos positivos na portaria – ninguém está aqui descaracterizando a importância dessa portaria –, mas há a necessidade de aperfeiçoamento com relação às escolas rurais, em particular àquelas que têm o ensino integral nas suas comunidades.

Quero encerrar hoje, Sr. Presidente, agradecendo muito a participação dos colegas desta Casa no sentido de que nós vamos ter um ano bastante difícil.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos ainda num processo de levar a público a nossa indignação com a decisão tomada pelo TRF-4 com relação ao Presidente Lula. Entendemos que um homem, um Presidente da República com quatro mandatos, que conseguiu transferir aproximadamente 50 milhões de brasileiros da situação de miséria a uma situação de dignidade ou de condição de vida mais respeitosa, que construiu uma visibilidade internacional para o povo brasileiro nunca vista, que estabeleceu uma nova política para o Pré-sal, que levou a Embrapa para a África, que trouxe uma política diferenciada para os países do Terceiro Mundo, especialmente para os da América Latina e da África, não merece um tratamento de ser julgado por suposição. Isso é um procedimento que abre uma leitura extremamente ampla na magistratura, que pode representar uma leitura muito além do que simplesmente elementos factuais, para testar erros ou acertos na vida públicos.

Hoje, a sociedade brasileira convive com um governo que não é capaz de justificar qual é, de fato, o crime que a Presidente Dilma cometeu e que responde a uma situação de pedaladas, coisas a que ainda os governos continuam procedendo, sem ter a mesma imputação. Naturalmente, nós não vamos recuar nesse debate. Hoje, a sociedade brasileira traz consigo o ônus de um cenário injustificado para entrar nesse paraíso que tem sido o cenário do Governo Temer, que representou um golpe nos sonhos do povo brasileiro.

Não estou querendo aqui dizer que não havia equívocos no governo. Qualquer governo comete equívocos – é do processo –, mas você levar a um afastamento, sem um processo debatido e sintonizado com a sociedade... é por isso que as pesquisas ainda veem que o grande candidato deste ano, no processo político brasileiro, Deputado Raimundo Ribeiro, será o ex-Presidente Lula, para poder trazer uma marca junto ao povo brasileiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, eu também tinha pensado em fazer algum tipo de intervenção acerca

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				15	

desse tema, que interessa não apenas no âmbito nacional, mas também no âmbito de Brasília, que vive e respira política.

Eu me coloco sempre até numa posição insuspeita para o que eu vou dizer, por uma razão muito simples: todos aqui conhecem a minha divergência de natureza ideológica em relação àquilo que é proposto pelo Partido dos Trabalhadores – isso sem embargo do respeito que nós emprestamos a ele –, quer dizer, a discussão é de ideias, a discussão não é de pessoas. Contudo, eu vejo com muita preocupação – e vi – aquela cena em que se montou um espetáculo para o julgamento de um recurso de apelação.

Primeiro, entendo que o Poder Judiciário não pode ficar exposto como esteve: os desembargadores proferindo seu voto, canais de televisão fazendo a transmissão daquilo ali como se fosse um espetáculo qualquer.

Segundo, eu comungo com as palavras de V.Exa. Eu me dei ao trabalho de fazer a leitura de toda a sentença do Dr. Sérgio Moro, salvo engano, com 209 páginas, e realmente, na sentença, eu tive o entendimento de que não existe uma prova firme a sustentar um decreto sentencial que segregava a liberdade das pessoas.

Independentemente de qualquer coisa, eu entendo que, no escopo, atrás disso tudo que está acontecendo no Brasil, existe algum outro tipo de agenda que ainda não está muito clara para a nação brasileira.

Primeiro, ela se iniciou com a demonização da atividade política, como se isso não fosse uma perversidade com o Estado Democrático de Direito, porque ele não existe sem um Legislativo.

Segundo, aconteceu, por uma série de razões, o descrédito de algumas instituições. Aquele episódio do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, num determinado momento, até tentando esconder a identidade dele com óculos escuros, num bar, envolto com um engradado de cerveja, foi muito ruim para o País. Nós tivemos aquela desmontagem de uma dita delação premiada feita por aquele pessoal da JBS, e a coisa não era exatamente daquela forma. Aí, hoje – veja como são as coisas –, o Supremo Tribunal Federal retorna aos trabalhos em uma solenidade que é secular, em uma solenidade em que todas as autoridades estão presentes. E veja o que foi dito pela Presidente do Supremo Tribunal Federal, quer dizer, de um dos três Poderes da República. S.Exa. disse que não se pode atacar o Judiciário. S.Exa. tem razão. O Judiciário não pode ser atacado como está sendo. Agora, essa era uma tragédia que vinha sendo anunciada. Primeiro se desconstruiu a atividade política. Depois se desconstruiu o Executivo. E agora se quer desconstruir o Judiciário. Aliás, esse fato foi confessado pelo próprio caguete Joesley. Ele disse que iria desconstruí-lo. Ele disse que iria destruir o Poder Judiciário. Então, veja a que ponto chegamos e para onde vamos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Raimundo Ribeiro, haja vista o fato recente ocorrido com o Ministro Gilmar Mendes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				16	

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Gilmar Mendes. Exatamente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Podemos ter discordância, mas o Ministro Gilmar Mendes, com todas as suas preferências políticas que demonstrou ao longo da sua trajetória, é um Ministro da principal Corte do País e um dos nomes mais preparados do Judiciário brasileiro, em que pese as suas decisões, isso e aquilo. E S.Exa. foi afovalhado, verdadeiramente afovalhado...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Impedido, inclusive, de viajar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então, isso demonstra que caminhos o povo brasileiro está neste momento esperando, está vivenciando diante do novo processo eleitoral.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Mas, Deputado Wasny de Roure, veja só, para concluir. Esse episódio bem lembrado por V.Exa. mostra o seguinte: o Poder Judiciário, que dos três poderes é o mais diferente de todos, a começar pela forma de ingresso... Nós aqui temos uma forma de ingresso através do voto popular. O Judiciário, não. O Judiciário é muito mais de natureza técnica, jurídica, do que qualquer outra coisa. Nenhum juiz no Brasil é eleito. Não, ele se habilita para o exercício daquela função. Nós construímos uma estrutura que lhe dá toda garantia para a independência. E ele tem que ter essa independência para poder decidir o rumo e a vida das pessoas nos casos em que tem a oportunidade de analisar. Aí, de repente, porque surgiram uma série de situações, as pessoas agora veem um Ministro da Suprema Corte do nosso País e começam a acuá-lo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – A politizar o processo judicial.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Foi uma politização, claro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Além da questão pessoal do Ministro em relação a toda a Corte, é um processo de politização das decisões que a Corte passa a tomar.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Daqui a pouco, qualquer juiz que esteja passando no meio da rua estará sujeito a esse linchamento, como o que se procurou fazer com o Ministro Gilmar Mendes em razão das decisões que toma. E aí é a linha tênue que separa o Estado Democrático de Direito da barbárie. Ou seja, a lei precisa ser respeitada. Aí eu vi uma declaração recente da Presidente Carmen Lúcia, em que S. Exa. afirma que vai apequenar o Supremo se tiverem que rediscutir a questão do cumprimento da pena a partir de uma decisão de segundo grau. Realmente, a afirmativa é verdadeira. S.Exa. não pode rediscutir esse tema em função de a, b ou c, por mais importante que seja a, b ou c. Mas S. Exa. tem que discutir, rediscutir no momento em que este tema for apresentado por qualquer um dos onze ministros.

E olhe: pessoalmente, talvez pelos 38 anos de advocacia e por estar no mundo jurídico, eu acho que é a melhor oportunidade de se corrigir um erro histórico, porque ao Supremo não é dado o direito de escrever uma nova carta política. Ele tem é o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				17	

dever de preservar a carta política que aí está. E quando você ignorou um dispositivo constitucional que garante a presunção de inocência e que garante que as pessoas só serão encarceradas após esgotadas todas as instâncias, aí você deixou de dar a interpretação e passou a legislar.

Só para finalizar, uma outra cena medieval: de repente, a gente acorda e vê uma cena que há muito tempo eu não via nem nos filmes, que é aquela cena – e aqui eu não estou querendo discutir sobre o Sérgio Cabral –, em que o Sérgio Cabral está acorrentado nos pés, algemado nas mãos, com uma cinta no buxo, como se ele representasse um perigo inominável.

São cenas que a gente só vê em julgamentos de guerra, mas aqui no Brasil resolveram colocar. Tanto é assim que o próprio Juiz Sérgio Moro foi impelido a pedir explicações à Polícia Federal porque ela agiu daquela forma. Mas esses absurdos estão acontecendo, e o que eu temo é algo que eu já anunciei aqui há mais de dois anos, eu temo o dia de fúria. O dia em que a população disser claramente: "Eu não acredito em mais nada e vou resolver as coisas com as minhas próprias forças", porque aí, realmente...

Deputado Wasny de Roure, agradeço muito a V. Exa. a oportunidade do aparte.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu gostaria de fazer no dia de hoje.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Eu fiz questão de ouvir hoje a fala do Sr. Sérgio Sampaio, que lia uma carta encaminhada pelo Governador Rodrigo Sobral Rollemberg. Eu gostaria de fazer algumas reflexões que eu acho que precisam ser feitas aqui, na oportunidade, no primeiro dia deste Parlamento aberto, e é importante que esta Casa faça essas reflexões, Sr. Presidente.

Eu acho que o Governador, Deputado Wellington Luiz, não mora em Brasília, não. Eu acho que ele mora na Suécia, na Dinamarca, nos Estados Unidos. É tão patético, S. Exa. todo dia, agora, tem gravado vídeos de manhã mostrando uma Brasília surreal. Mas a realidade... Graças a Deus, a gente tem que agradecer pela democratização das informações, ao mesmo tempo em que S.Exa. fala de uma Brasília surreal, chega um número de informações da Brasília real, do que está acontecendo na nossa cidade.

Nós percebemos, nessas três semanas, crianças recém-nascidas que já tinham uma determinação judicial para conseguirem uma UTI, e o Governador gravando

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

vídeos de que estava tudo ok. Como pode estar tudo ok, Deputado Wellington Luiz? Como esta cidade pode estar no rumo certo? S.Exa. não pode falar que não tem dinheiro, pois esta Casa liberou um bilhão e trezentos milhões para S.Exa... S.Exa. não pode falar mais em crise econômica, não há mais como colocar a culpa no Agnelo. Não dá mais para a gente ter no governo, à frente do governo, um personagem, um personagem! É até surreal!

Fico pensando o seguinte: como será que se sente o cidadão, quando está naquele ônibus superapertado – porque ele não conseguiu fazer uma transformação na mobilidade –, e recebe no WhatsApp um vídeo daquele? Acho que ele deve ter vontade de jogar o celular no chão, de quebrar o celular. Como é que se sente a população quando chega no hospital para ser atendida e recebe um vídeo da ilha da fantasia? Como será, Deputado Wellington Luiz? Quais são as grandes transformações deste governo, qual é a grande transformação deste governo, Deputado Wellington Luiz? Eu gostaria de saber qual é.

Eu acho que esta Casa tem uma responsabilidade muito grande de, pelo menos, fazer aquilo que este governo não dá conta de fazer, porque há um recuo incessante! É um governo tão mau, tão mau! Ele é mau para o servidor público, ele é mau para a população, ele é mau para a classe política, ele é mau para os empresários, ele é mau para todo mundo, porque ele é conduzido, talvez, por um mau caráter! Por isso ele é mau!

Então, Deputado Wellington Luiz, é muito complicado a gente se sentar aqui... Eu fiz questão de nem ficar aqui durante a fala do Secretário Sérgio, por mais que eu tenha respeito pelo Sérgio como pessoa. Mas por quem ele representava aqui eu não tenho nenhum respeito. E acho que esta cidade merece o nosso posicionamento neste momento. É para isso que eu quero me posicionar. E aí eu quero começar já trazendo a primeira ação do nosso mandato, que eu acho que precisa ser abraçada por esta Casa.

Como se nós já não estivéssemos fartos da fábrica de multas que virou o Distrito Federal – é uma fábrica de multas! É uma fábrica de multas! –, hoje, o pardal, no Distrito Federal, não é mais para educação de trânsito, para diminuir velocidade. Aqui, no Distrito Federal, ele é arrecadação. E aí, Deputado Wellington Luiz, eu fui surpreendida com a informação... E ele dá entrevista! Este governo é tão burro que dá entrevista para a população do Distrito Federal: "Agora os pardais vão ser pardais inteligentes". Eles vão multar a população que não andar a 80 km do começo da via até o final! Por que, Deputado Prof. Reginaldo Veras, não há pardal nos Estados Unidos? É porque lá não tem tecnologia ou é porque o cidadão americano não vai aceitar? Por que não existe lá? Pega, Deputado Wellington Luiz! Porque isso é um assalto à mão armada, no formato como está! E aí eu quero avisar que o Governador Rollemberg não irá colocar o pardal inteligente, porque eu não irei deixar! Vou entrar com uma ação popular! Já pegamos todo o projeto de decreto legislativo que eles fizeram para regulamentar! E existe um parecer – equipe incompetente! – da AGU que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

proíbe esse tipo de pardal aqui, no Distrito Federal! Proíbe! Não pode! Não pode, porque não está legalizado no Código de Trânsito Brasileiro! Mas ele quer! Ele quer multar um cidadão, Deputado, do começo da via até o final, dez vezes! É isso que ele quer! Ele não quer colocar uma barreira num local onde precisa diminuir a velocidade, para que o camarada passe mais devagar ali! Não! Ele quer é multar mesmo! É fábrica de multas! Mas nós não vamos deixar! A população não está desassistida, e não vai ficar desassistida! Onde está o dinheiro que está sendo arrecadado com tudo isso?

Aí eu fico impressionada, porque ele lançou o projeto Caminho das Escolas! Era o que o DER ia fazer, o asfaltamento para beneficiar as crianças que estudam nas zonas rurais. Eu fiz um levantamento, Deputado Wellington Luiz! Sabe quantos quilômetros saíram desse superprograma? Nenhum! Dinheiro para fazer o asfalto para as crianças que chegam às escolas com os sapatinhos cheios de poeira ele não tem, Deputado Wellington Luiz! Mas para comprar pardal milionário ele tem! É prioridade! É saqueando o bolso do contribuinte o tempo todo! É só sugando o contribuinte! Até quando? É por isso que o contribuinte não quer mais falar do político! É por isso que nós não temos credibilidade! Será que o povo vai ter que chegar a invadir o Parlamento, invadir o Buriti para falar: "parem de me roubar"? As pessoas não querem mais pagar impostos! Estão lá as nossas rodovias! Basta entrar – aqui, no Distrito Federal – no Riacho Fundo! Tudo cheio de buraco! Horrível! Você fica pulando dentro do carro! Se você estiver com alguma coisa na mão, ela cai!

Então, Deputado Wellington Luiz, vamos parar de hipocrisia! Vamos governar para as pessoas! Vamos cuidar das pessoas! Já estou deixando claro... Não, vai ter... Eu falei que não teria! Quando ele começou a falar que iria multar as pessoas com farol, eu falei que nós não iríamos deixar, e nós não deixamos!

Outra coisa, Deputado Raimundo Ribeiro, só para complementar, já que V.Exa. vai fazer um aparte na nossa fala: este governo é tão ruim para cuidar das pessoas que ele faz a maldade para depois tentar fazer a bondade! Isso não existe! A população já não é mais boba! Ele falou que iria tirar as grades da QNL, e nós temos uma atuação muito forte na QNL. Eu coloquei emendas parlamentares para a QNL, estamos trabalhando para aquela área. Aí nós entramos em ação e falamos que não iríamos permitir tirar as grades da população! Esta Casa é uma Casa de Leis para resolver essa situação.

Eu sei que o Deputado Raimundo Ribeiro está fazendo, inclusive, uma audiência pública no Cruzeiro para resolver a situação do Cruzeiro! Aí ele, então, volta atrás, com todo mundo já notificado, Deputado Wellington Luiz! Ninguém aqui está inventando, não! Estão lá as notificações: dez dias para tirar as grades! E aquele cara que é um cumpridor de lei, que recebe em casa uma notificação do governo para retirar as grades, não vai retirar, não?! Ué, o governo falando! O governo notifica para depois chegar o Governador com a maior cara de pau do mundo: "Não, nós não vamos tirar as grades, porque o Marlon me pediu." Poupe-me!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01   02   2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Então, eu acho que essa atuação por parte do Governo do Distrito Federal fica muito clara quando a gente anda nas ruas, quando a gente trabalha...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, é só para lembrar que, no ano passado, eu tive a oportunidade, por três vezes, de lembrar que uma pessoa que mora em Santa Maria está morrendo por um câncer, porque o Estado, o governo não fornece o remédio. A pessoa entrou na Justiça e, mesmo assim, o governo insiste em procurar burlar, frustrar a execução da medida judicial. E aí V.Exa. chega aqui e anuncia que o governo compra pardal. Eu pergunto: o que é mais importante, a vida dessa pessoa que está lá ou você comprar um instrumento para arrecadar mais dinheiro? Quer dizer, realmente é uma coisa trágica.

Eu confesso que parei, inclusive, de ouvir o Secretário, que não tem culpa nenhuma, coitado! Ele leu o que lhe foi dado, não é? Mas, quando eu vi uma mentirada danada, eu parei – eu até estava ao lado do Deputado Wellington Luiz, não é? – e fiquei anotando outras coisas! Olhem: é o mínimo que a gente pode fazer! Não dá mais! Será que este governo, que está usando o tempo inteiro a ferramenta da mentira, ainda não se mancou? Será que ele não questionou por que 90% população do Distrito Federal o repudia? Quer dizer, é incapaz de fazer uma autocrítica, Deputado Wellington Luiz!

Então, Deputada Celina Leão, eu queria apenas adicionar esse exemplo, porque esse exemplo talvez seja emblemático, porque ele tira vida!

Obrigado pelo aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu acho que a Deputada Celina Leão, Deputado Raimundo Ribeiro, é extremamente feliz quando reclama a cidade ou o país em que o governador se encontra! Não pode ser Brasília!

Deputada, as ocorrências não mentem! Ele pode mentir para a população, pode usar a mídia vendida, corrompida, como ele faz. Agora, aquelas que ele consegue. Existem muitos setores da imprensa que são sérios, que não se deixam comprar. As ocorrências policiais mostram claramente: as pessoas estão assustadas! Aumentaram o número de estupros, o número de furtos, de latrocínios! É uma das cidades mais violentas do Brasil! E esses números da violência estão onde?

Olhem a saúde pública da nossa cidade! Uma vergonha! Deputada, há alguns anos, numa cidade do Piauí, eles compravam, lá no interior, ambulâncias para trazer os doentes para cá, para o Hospital de Base! Hoje ninguém traz doente para cá, não! Vão para Barreiras, para Teresina! Vão para qualquer lugar! Vão para o Maranhão, menos para Brasília! O prefeito da cidadezinha lá não usa mais aquele expediente de comprar ambulância para trazer paciente para Brasília, não! Acabou! Porque ninguém quer trazer o doente para morrer aqui nas filas dos hospitais de Brasília, porque aqui

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				21	

já estão morrendo os nossos moradores! Isso ele não consegue enganar! Talvez por isso, Deputada, ele não consiga enganar também as pesquisas, e as pesquisas mostram 85% de rejeição!

E V.Exa. é extremamente feliz ao lembrar isso. Ele consegue enganar quem? Talvez ele mesmo, somente.

Parabéns, Deputada!

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero aqui lembrar também que estou entrando com uma representação no Ministério Público pela compra desses pardais. Está aqui o Deputado Raimundo Ribeiro, que entende bem essa parte jurídica. Você, como gestor público, só pode comprar e adquirir um bem que seja essencial para a gestão e não pode comparar um bem que seja proibido pela lei para ser utilizado. Então, ele onerou os cofres públicos para comprar um pardal supercapacitado, que não pode, inclusive, ser utilizado pelo Distrito Federal. A utilização e multa de passageiros por drone também são ilegais. Não estão legalizadas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Então, ele age na ilegalidade quando furta e frauda o bolso do contribuinte. Se isso está acontecendo, que ele encaminhe à Câmara dos Deputados um projeto para legalizar isso, para discutir isso com o nosso Congresso, porque não podemos legislar sobre trânsito. Mas o que ele está fazendo aqui no Distrito Federal é assaltando o cidadão à mão armada. E o ladrão é o governo! E você sabe o que cidadão faz quando a multa – que é por drone agora – chega à casa dele? Onde está escrito que é drone?

Eu acho que essas pessoas estão malucas, Deputado Wellington Luiz, fazendo esse tanto de ilegalidade! Deputado Wellington Luiz, o mais engraçado de tudo é eles chamarem coletiva para divulgar isso. É bonito demais isso! Eles tinham que chamar coletiva para divulgar o asfalto para as escolas. O DER deveria fazer o asfalto para essas escolas que ainda estão na terra, deveria fazer coletiva para falar sobre a educação no trânsito, porque é isso que vai mudar o trânsito. Lembra da época da faixa de pedestre, do Governador Cristovam Buarque? Ele mudou como? Com educação, investindo dentro das nossas escolas públicas, com educação. Hoje os nossos filhos chamam a nossa atenção quando pegamos no telefone dirigindo. É isso o que ele tem de fazer e não assaltar o bolso do contribuinte da forma como quer fazer. Dizem que agora tudo é monitorado de um pardal para outro, com os drones em cima e com o Rollemberg com a pistola na mão, querendo assaltar o bolso do contribuinte.

Eu quero avisar para o Rollemberg que nesta Casa, além da Deputada Celina Leão, há algumas pessoas também que são policiais, advogados. Nós não vamos deixar essa quadrilha se instalar aqui, não.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	02	2018	15h40min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				22	

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deputada Celina Leão, essas multas serão aplicadas apenas por excesso de velocidade, utilização de celular ou também por se ficar fora do ar? Porque corre-se um sério risco, porque há algumas pessoas que ficam fora do ar por uma série de razões, não é?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Raimundo Ribeiro, isso é tão grave! São Paulo tentou fazer isso. Só que São Paulo foi mais inteligente. Quando ele montou o processo licitatório, mandou para o CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito, e o Contran fez uma consulta à AGU – Advocacia Geral da União. A AGU disse que em hipótese nenhuma! O pardal é naquele local. A lógica é muito simples. Por quê? Nós temos via que é de 80 Km/h em alguns locais e de 60 km/h em outros. É como se fosse um redutor de velocidade em alguns momentos e, em outros, não. Isso não está pacificado no Brasil. Aí, eles querem contar o tempo de um pardal para o outro. Se você andou 5 km a mais, 10 km a mais, você vai ser multado. Mesmo que você passe nos dois pardais dentro da velocidade média. E, com os drones sobrevoando, se você estiver com o telefone na mão, se você não estiver com o telefone na mão... Só que isso não está legalizado no Código de Trânsito Brasileiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deputada Celina Leão, a pergunta é a seguinte: se a pessoa estiver saindo de uma festa, onde talvez ficou um pouco mais alegre em função de substâncias ingeridas, será que o drone pega também ou não? Porque aí vai se correr um risco, não é?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ah! Se o drone pegasse esse tipo de coisa, ele não proporia esse tipo de projeto, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, depende. Se for o drone do Governador Rodrigo Rollemberg, é capaz, porque ele acha que foi eleito para ser dono de Brasília, proprietário, e não governador. O problema é que, daqui a um ano ou menos, ele perde essa propriedade. Ele vai ver que realmente não é.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Encerrado o Grande Expediente e não havendo mais nada a tratar, esta Presidência vai encerrar a presente sessão agradecendo a todos que aqui se encontram.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos!

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h45min.)